



ANÁLISE DA EFETIVIDADE DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E A EVOLUÇÃO DA QUALIDADE VIDA DAS LOCALIDADES – O CASO DA IMPLANTAÇÃO DO PRODECER III NO MUNICÍPIO PEDRO AFONSO -TO

WALDECY RODRIGUES; SILVIO JUCÁ VASCONCELOS; ALAN KARDEC BARBIERO;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PALMAS - TO - BRASIL

waldecy@terra.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Desenvolvimento Rural, Territorial e regional

ANÁLISE DA EFETIVIDADE DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E A EVOLUÇÃO DA QUALIDADE VIDA DAS LOCALIDADES – O CASO DA IMPLANTAÇÃO DO PRODECER III NO MUNICÍPIO PEDRO AFONSO -TO

RESUMO

O presente artigo se propõe a analisar os efeitos do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) – Terceira Fase sobre indicadores de qualidade de vida do município de Pedro Afonso - TO. Os resultados da

Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008

Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural

pesquisa apontam que o PRODECER III trouxe grandes avanços na vida material da população de Pedro Afonso, mas contribuiu também, para o aumento das mazelas sociais, características de um quadro de pobreza urbana e exclusão social.

Palavras-chave: impacto social; desenvolvimento sustentável; dimensão social; indicadores; PRODECER.

ABSTRACT

The present paper to consider analyzer the quality of life impacts caused by the Program of Cooperation Nipo-Brazilian for the Development of the Open pasture (PRODECER) - Third Phase, having as case study the Pedro Afonso's city, in the state of the Tocantins. The results of the research point that Prodecer III brought great advances in the income of the population of Pedro Afonso, but it also contributed, for the increase of social disasters, characteristics of a picture of urban poverty and social exclusion.

Keywords: partner-economic impacts; sustainable development; social dimension; pointers; PRODECER.

1. INTRODUÇÃO

O processo de ocupação dos Cerrados brasileiros foi alicerçado na implantação de um modelo, fundamentalmente, a partir da cultivo de commodities em larga escala, com relevante destaque para a cultura da soja. Uma das estratégias utilizadas foi o apoio de recursos financeiros nacionais e internacionais traduzidos em Programas de Desenvolvimento, porém obedecendo a lógica ligada ao grande capital agroexportador.

Foram implementados políticas e programas governamentais, no período do Milagre Econômico Brasileiro, para ocupação agrícola em larga em as áreas de cerrado, com destaque para o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)¹ e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

Especificamente, o PRODECER, foi um marco da cooperação internacional entre Brasil e Japão para a ocupação dos cerrados visando gerar a produção de commodities com alta demanda internacional. Idealizado em 1974, negociado entre os governos dos dois países durante cinco anos e implementado a partir do ano de 1978.

A primeira fase beneficiou a região sul dos cerrados, mais especificamente o Estado de Minas Gerais. A segunda, a área central dos cerrados, nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia. A terceira etapa do Programa, teve início em 1996, foi implantado nos municípios de Pedro Afonso (TO) e Balsas (MA). O principal instrumento do PRODECER é o crédito supervisionado, com linhas de crédito abrangentes, eram previstos empréstimos fundiários, para investimentos, para despesas operacionais e para assistência ao colono.

O PRODECER beneficiou até sua fase final 758 colonos com uma área cultivada de 350.000 ha, com um investimento aproximado de U\$ 570 milhões.

As produtividades alcançadas têm sido significativamente superiores às nacionais, eqüivalendo e mesmo, em alguns casos, superando as da agricultura norte-americana. O efeito demonstração e irradiação têm multiplicado esta área na região várias vezes.

As avaliações dos resultados finais do PRODECER, em regra são otimistas e não consideram os impactos sobre indicadores mais amplos do processo de desenvolvimento regional. As conclusões mais comuns são que o programa atraiu agricultores qualificados que, via de regra, têm sido bem sucedidos (Mueller, 1990). Embora o número de beneficiários diretos do programa tenha sido limitado pela disponibilidade de recursos,

considera-se que o impacto do projeto não se restrinja ao relativamente pequeno número de famílias diretamente envolvidas (Cunha, 1994). Gerou-se milhares de empregos, contribuindo para a redução do êxodo rural. Áreas despovoadas ou pequenas vilas transformaram-se, com a implantação dos projetos, em importantes pólos regionais (Marouelli, 2003).

O presente artigo objetiva avaliar os efeitos do PRODECER III sobre uma realidade econômica e social concreta, no caso o município de Pedro Afonso –TO. Porém, pretende-se romper com indicadores meramente financeiros e adentrar nos efeitos do Programa sobre a qualidade de vida da população abrangida pelas ações estabelecidas. Pretende-se discutir as seguintes questões: em que medida o modelo utilizado na ocupação territorial dos cerrados contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da população “beneficiada”? Esta reflexão faz-se necessária no momento que discute-se as várias alternativas da ocupação de ecossistemas, bem como o dimensionamento de projetos visando o avanço em termos de desenvolvimento sustentável para regiões periféricas.

2 . MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia usada neste artigo pretende avaliar os impactos causados pela implantação do PRODECER sobre indicadores de qualidade de vida no município de Pedro Afonso – TO. Pretende-se um marco de referência para avaliação de projetos congêneres, que considere não somente aspectos relacionados com os limites de crédito concedidos e seus efeitos sobre indicadores individuais de produção e produtividade.

A metodologia consistiu, num primeiro momento, da coleta de indicadores sócio-econômicos para traçar o perfil de Pedro Afonso-TO, comparando-os com correlatos do Tocantins e do Brasil, sendo que os indicadores foram escolhidos de acordo com a relevância considerada pelo autor no bojo da problemática urbano-rural/inclusão/exclusão social, onde os dados foram tratados quantitativamente.

Num segundo momento, buscou-se informações “in loco” sobre as condições de vida da população, através do método de síntese de observação, com identificação das fontes-chave. Num terceiro momento, procurou-se coletar dados sobre indicadores sociais ligados aos impactos causados pelo Programa PRODECER III, através do método de amostragem seletiva de fontes-chave, através da técnica de entrevistas semi-estruturadas, o que foi chamado no texto como avaliação qualitativa da realidade pesquisa, seguindo conceitos formulados por Soriano (2003, pag. 142 e 143).

Para fazer uma avaliação da relevância social da implantação do Programa Prodecerc III em Pedro Afonso – TO, foi utilizado alguns indicadores considerados como relevantes, separados de acordo com as dimensões do desenvolvimento sustentável, definidas por Sachs (2002, p. 71), comparando-se com os mesmos dados do Estado do Tocantins e do Brasil.

Considerou-se como de relevância positiva (+), a variação percentual do indicador que trouxe impacto positivo para a população humana habitante em Pedro Afonso no período indicado. Considerou-se ainda a graduação do impacto como de alta relevância caso o indicador apresente melhor desempenho quanto à variação dos dois outros indicadores correlatos (Tocantins e Brasil). Considerou-se como média relevância o indicador que obteve uma variação percentual entre os dois outros indicadores correlatos ou obteve variação igual a um deles. Considerou-se ainda como relevância baixa a variação percentual do indicador que obteve impacto social positivo para a população, mas considerando-se uma variação abaixo da variação do Estado do Tocantins e do Brasil no período. Considerou-se como relevância negativa (-) a variação percentual do indicador

que trouxe impacto negativo para a população humana habitante em Pedro Afonso, no período indicado, sendo a graduação avaliada da mesma forma que a positiva.

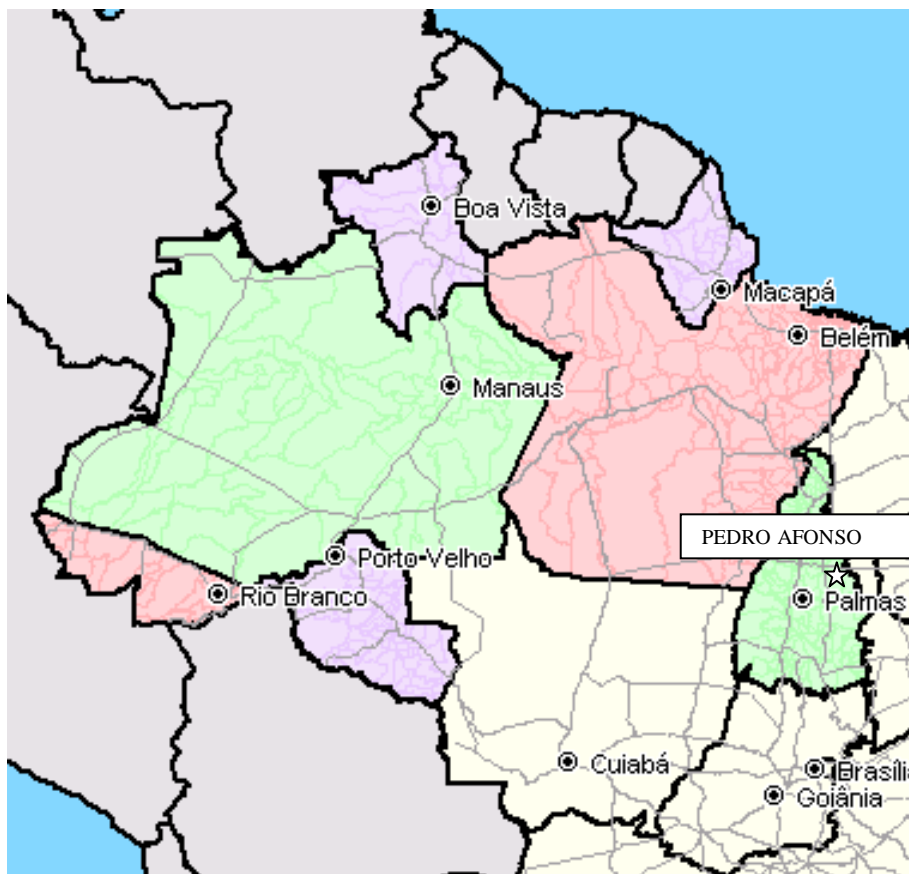
Foram incluídos na análise considerada como quantitativa, indicadores das dimensões econômica e social do desenvolvimento sustentável. Obviamente que essa avaliação quantitativa não substitui e deve ser considerada em conjunto com a avaliação qualitativa realizada na pesquisa de campo. Alguns dados, especialmente os relativos às mazelas sociais, tais como, aumento dos casos de alcoolismo, consumo de drogas e separações de casais não puderam ser mensurados quantitativamente. Portanto, a avaliação quantitativa foi complementada com a avaliação qualitativa da relevância social e econômica do Programa, respeitando-se os dados disponíveis.

Complementarmente, foi realizada pesquisa de campo no município de Pedro Afonso-TO, através da aplicação de questionário semi-estruturado nos meses de novembro e dezembro de 2005, com atores sociais relevantes. Ao todo, foram aplicados 256 questionários e as pessoas escolhidas através de amostra aleatória simples, sendo divididas em cinco grupos sociais: produtores empresariais de soja (31 pessoas entrevistadas), micro e pequenos proprietários rurais (55), representantes da comunidade (58), comerciantes (51) e socialmente vulneráveis (61). Após a tabulação das respostas dos questionários, foram realizadas reuniões com cada grupo social, para validar os resultados dos questionários.

3. DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO – TO

O Município de Pedro Afonso está localizado na Região Norte do Estado do Tocantins e na Mesorregião Oriental do Estado, na confluência dos rios Tocantins e Sono. O clima é do tipo úmido tropical, com temperatura média anual girando em torno de 32°C, com período de chuvas bem definido, entre novembro e abril. A área do município é de 2050,3 km², a longitude da sede do município - 48,17°, a latitude - 8,96° e a altitude média da sede do município em relação ao mar é de 201 metros, com população total de 9.028 habitantes em 2000 e população estimada em 01.07.2005 – 9.019 habitantes (IBGE), densidade demográfica 4,4. (hab./km²), distância para Palmas (capital do Tocantins) de 176 km e distância para Brasília de 910 km. (ATLAS, 2000)

Mapa 1: Localização de Pedro Afonso - TO



Fonte: ATLAS, 2000 – Perfil Municipal (a inserção da indicação de Pedro Afonso é nossa).

Apesar dos investimentos públicos no meio rural, os números indicam uma grande migração do meio rural para o meio urbano de Pedro Afonso no período 1991-2000, causando o aumento da taxa de urbanização em 17,82%, atingindo 81,17% no ano 2000. Esse fato justifica-se pela introdução de novas técnicas agrícolas, priorizando-se a mecanização e ampliação da área das propriedades, que promoveu o êxodo rural. O curioso a observar é que a população do município diminuiu entre 1991 a 1996, principalmente devido à desaceleração do plantio de arroz na região, vindo a crescer novamente a partir de 1996, com a implantação do PRODECER III.

A desigualdade social em Pedro Afonso cresceu: o Índice de Gini passou de 0,58 em 1991 para 0,59 em 2000, conforme Tabela 2, da mesma forma que o estado passou de 0,63 para 0,66 no mesmo período. Houve também maior concentração de renda, tanto no município quanto no estado, ficando os 20% mais ricos com 61,5% e 67% da renda em 1991, respectivamente, sendo que em 2000, esses mesmos 20% passaram a concentrar 62,1 e 69,3% da renda, respectivamente, conforme Tabela 3 (ATLAS, 2000).

Tabela 2: Renda, Pobreza e Desigualdade – Pedro Afonso - TO, 1991 e 2000.

	1991	2000
Renda per capita média (R\$ de 2000)	141,9	164,2
Proporção de Pobres (%)	50,8	46,8

Índice Gini	0,58	0,59
-------------	------	------

Fonte: ATLAS, 2000 - Perfil Municipal de Pedro Afonso.

Tabela 3: Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População – Pedro Afonso - TO, 1991 e 2000.

	1991	2000
20% mais pobres	2,7	3,4
40% mais pobres	9,4	10,4
60% mais pobres	20,2	20,9
80% mais pobres	38,5	37,9
20% mais ricos	61,5	62,1

Fonte: ATLAS, 2000 - Perfil Municipal de Pedro Afonso.

Apesar do aumento da concentração de renda, verificou-se uma relativa melhoria de qualidade de vida, refletida nas condições de habitabilidade, conforme os percentuais de população com acesso a serviços básicos e bens de consumo, de acordo com o discriminado nas Tabelas 4 e 5, percentuais estes, superiores aos verificados no estado (ATLAS, 2000).

Tabela 4: Acesso a Serviços Básicos - Pedro Afonso - TO, 1991 e 2000.

	1991	2000
Água Encanada	57,4	64,0
Energia Elétrica	59,6	82,0
Coleta de Lixo *	2,8	86,8

Fonte: ATLAS, 2000 – Perfil Municipal de Pedro Afonso.

Legenda: * Somente domicílios urbanos

Tabela 5: Acesso a Bens de Consumo - Pedro Afonso - TO, 1991 e 2000.

	1991	2000
Geladeira	42,6	66,1
Televisão	41,5	64,4
Telefone	8,2	17,3
Computador	ND	1,1

Fonte: ATLAS, 2000 – Perfil Municipal de Pedro Afonso.

Legenda: ND = dado não disponível.

A Tabela 6 demonstra que o IDH-M de Pedro Afonso cresceu 10,31%. A dimensão que mais contribuiu para esse crescimento foi a educação. Nesse período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, $(1 - \text{IDH})$), foi reduzido em 20,8%. Segundo a classificação do PNUD, o município de Pedro Afonso está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento (IDH entre 0,5 e 0,8).

Tabela 6: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) – Pedro Afonso - TO, 1991 e 2000.

	1991	2000
--	------	------

IDH-M	0,669	0,738
Educação	0,768	0,880
Longevidade	0,640	0,711
Renda	0,600	0,624

Fonte: ATLAS, 2000 – Perfil Municipal de Pedro Afonso.

4. Avaliação quantitativa dos impactos sócio-econômicos do PRODECER III

Na Tabela 7, verifica-se que o montante investido nos empreendimentos do PRODECER (Fases I, II e III) foi de aproximadamente US\$ 570 milhões e foi incorporada ao processo produtivo uma área aproximada de 350.000 hectares de cerrados em sete Estados brasileiros: MG, GO, BA, MS, MT, TO e MA.

Porém nota-se duas características marcantes na execução deste Programa: 1) O alto custo médio por assentado e 2) a trajetória crescente do custo desta ocupação ao longo do tempo, sendo que no PRODECER III os valores são bem mais elevados que nas fases anteriores, por exemplo no município de Pedro Afonso – TO o investimento por assentado foi na ordem de US\$ 1.682.926,00, bastante superior à aquele realizado no estado do Mato Grosso do Sul (R\$ 464.285,00), em uma fase anterior do Programa.

Tabela 7: Projetos executados com recursos do PRODECER, 1978 a 2005.

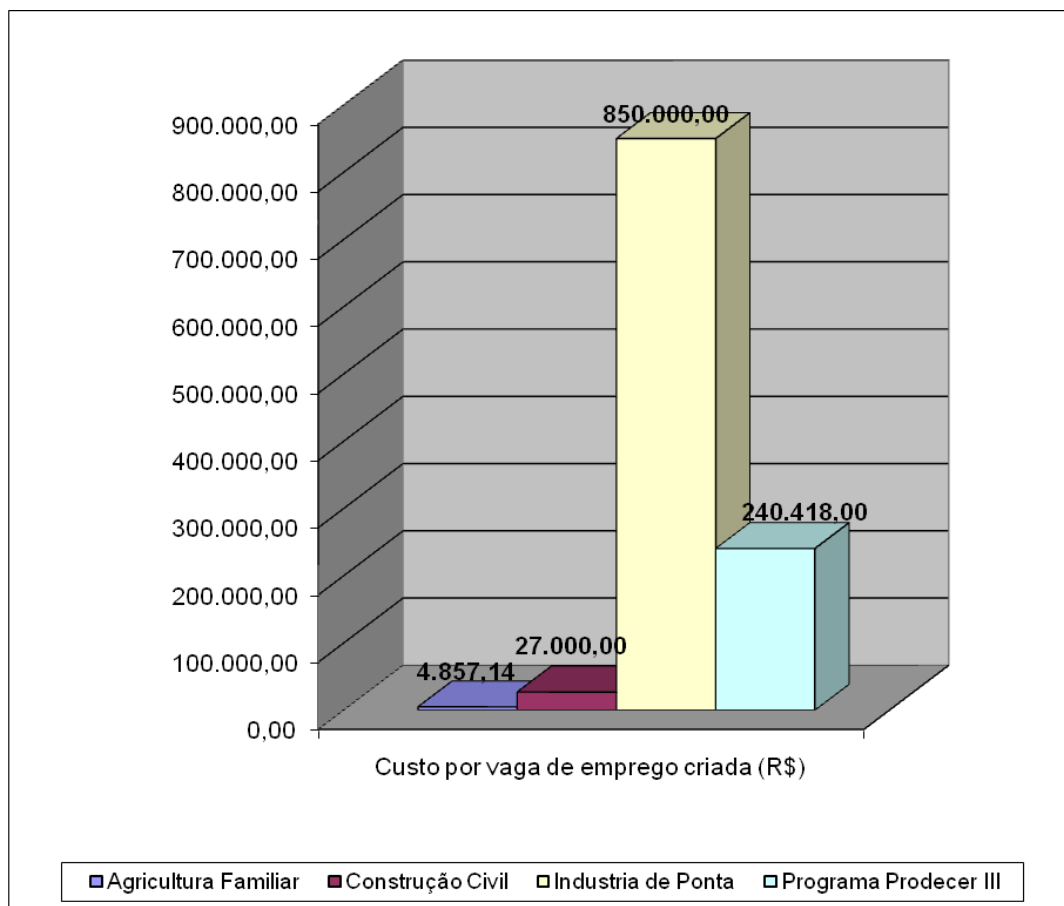
<i>Estado</i>	<i>Área Total (ha)</i>	<i>Investimento (US\$)</i>	<i>Nº. de Famílias Beneficiadas</i>	<i>Investimento por Colono (US\$)</i>	<i>Fase do Programa</i>
Minas Gerais	151.250	239.000.000	270	885.185	PRODECER I e II
Mato Grosso do Sul	22.000	26.000.000	56	464.285	PRODECER II
Mato Grosso	35.320	50.000.000	79	632.911	PRODECER II
Goiás	30.000	50.000.000	85	558.235	PRODECER II
Bahia	31.430	67.000.000	86	779.069	PRODECER II
Tocantins	40.000	69.000.000 ³	41	1.682.926	PRODECER III
Maranhão	40.000	69.000.000	40	1.725.000	PRODECER III
<i>TOTAL</i>	<i>350.000</i>	<i>570.000.000</i>	<i>657</i>	<i>867.579</i>	

Fonte: CAMPO, 2005.

Considerando-se que instalar uma família em um assentamento da Reforma Agrária no Brasil custa entre 13,5 e 17 mil reais, e que cada lote voltado para a agricultura familiar gera de 3 a 4 empregos, e que o custo por emprego gerado varia entre 27 mil reais na construção civil e 850 mil reais nos setores industriais de ponta. Comparando-se com o

Programa PRODECER III em Pedro Afonso/TO, cujos lotes geram entre 6 e 8 empregos diretos, mas ao custo de aproximadamente R\$ 1.682.926,00 por lote, ou seja, um valor quase 100 vezes mais caro para assentar uma família no meio rural e um valor quase 50 vezes mais caro para criar uma oportunidade de emprego na construção civil, como demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Custo para criação de vaga de emprego por Setor da Economia/Programa



Fonte: Weid (2003). Dados trabalhados pelos autores.

Do ponto de vista de um gestor público, na hora de tomar a decisão sobre qual prioridade deve ser dada para investimento, com objetivo de gerar emprego e renda, com menor custo social e ambiental, pergunta-se: qual Programa/Projeto trará melhor resultado e retorno para a sociedade? A resposta parece óbvia. Hoje, frente às prioridades definidas pelo governo federal, de combate à fome e à geração de empregos, com as imensas carências que o país enfrenta, tanto na questão da infra-estrutura para o desenvolvimento, quanto do legado social perverso deixado pelas gerações anteriores, parece inadequado a implementação de projetos tipo o PRODECER, cujos valores necessários para assentar uma família são demasiadamente caros, além de envolver aspectos sociais e ambientais significativos.

Na Tabela 8, verifica-se que nas dimensões social e econômica houve uma sistemática evolução no município de Pedro Afonso – TO. Na dimensão econômica, o único indicador que representou um impacto negativo, foi a produção de arroz, que era um representante do antigo modelo de ocupação agrícola da região orientada para o mercado

interno. Quanto à produção de soja, o foco principal do Programa PRODECER III, na prática, verificou-se que pelos critérios adotados a relevância apresentou impacto médio devido ao excelente resultado do indicador correlato no Tocantins. Entretanto se avaliar-se que o desempenho do Tocantins foi reflexo do pioneirismo do próprio PRODECER e das pesquisas correlatas desenvolvidas, então pode-se concluir que a importância do Programa foi bastante significativa. O crescimento significativo dos indicadores que medem o aumento do consumo de energia elétrica e do valor adicionado, denotam a melhoria de qualidade de vida em termos de habitabilidade e o incremento das atividades econômicas.

Tabela 8: Avaliação quantitativa da relevância social do Programa PRODECER III em Pedro Afonso – TO.

<i>Dimensão</i>	<i>Indicador</i>	<i>Período</i>	<i>Variação Percentual</i>			<i>Relevância</i>
			<i>Pedro Afonso</i>	<i>Tocantins</i>	<i>Brasil</i>	
<i>Dimensão Econômica</i>	Consumo de energia elétrica	1997 a 2003	+ 64,4	+ 55,05	+ 16,01	+ Alta
	Produção de soja de sequeiro	1997 a 2004	+ 344,71	+ 723,95	+ 87,74	+ Média
	Produção de arroz de sequeiro	1997 a 2004	- 49,55	- 24,81	+ 25,96	- Alta
	Valor adicionado	2003 a 2004	+ 57,37	+ 14,17	+ 12,55	+ Alta
<i>Dimensão Social</i>	Mortalidade até 1 ano de idade, por 1000 nascidos vivos	1991 a 2000	- 45,00	- 30,60	- 31,58	+ Alta
	Esperança de vida ao nascer, em anos	1991 a 2000	+ 6,8	+ 8,16	+ 5,99	+ Média
	Taxa de analfabetismo, faixa de 18 a 24 anos	1991 a 2000	- 61,35	- 61,42	- 50,08	+ Alta
	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade	1991 a 2000	+ 33,06	+ 51,30	+ 20,53	+ Média
	Quantidade de médicos na rede pública	1995 a 2005	+ 112,5	+ 11,9	+ 13,72	+ Alta
	Evolução do IDH-M	1991 a 2000	+ 10,31	+ 9,14	+ 10,05	+ Alta
	Acesso a água encanada	1991 a 2000	+ 11,5	+ 84,64	+ 12,90	+ Média
	Acesso a energia elétrica	1991 a 2000	+ 37,58	+ 50,40	+ 10,13	+ Média

<i>Dimensão</i>	<i>Indicador</i>	<i>Período</i>	<i>Variação Percentual</i>			<i>Relevância</i>
			<i>Pedro Afonso</i>	<i>Tocantins</i>	<i>Brasil</i>	
	Acesso a bens de consumo – geladeira	1991 a 2000	+ 55,16	+ 88,90	+ 23,42	+ Média
	Acesso a bens de consumo – telefone	1991 a 2000	+ 110,98	+ 309,74	+ 122,22	+ Média
	Concentração de renda - Índice de Gini	1991 a 2000	+ 1,70	+ 4,76	+ 3,17	+ Média
	Proporção de pobres	1991 a 2000	- 7,90	+ 1,73	- 18,29	+ Média

Fonte: ATLAS (2000), IBGE.

5. AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO PRODECER III

Segundo o ponto de vista dos atores sociais, expresso na Tabela 9, a implantação do Programa PRODECER III também contribuiu para a melhoria dos indicadores da dimensão econômica, porém com efeitos dúbios sobre os indicadores considerados da dimensão social, principalmente com impactos negativos sobre a forma derivada de ocupação territorial fomentada pelo Programa, ampliando o êxodo rural, a agressão ao meio ambiente e aumentando as mazelas sociais, tais como, o aumento dos casos de alcoolismo, o incremento dos casos de prostituição infantil, o aumento dos casos de separações de casais, do consumo de drogas, dos casos de gravidez precoce etc.

Ficou claro na pesquisa que a população rural não usufruiu ainda de alguns benefícios experimentados pela população urbana, como o aumento do acesso a bens e serviços, o aumento de médicos e a melhora na oferta de vagas na escola. Outro fator considerado relevante pelos atores sociais e que causa prejuízo à qualidade de vida da população rural é a falta de manutenção das estradas rurais, quadro este que motiva o êxodo para o meio urbano.

Tabela 9: Avaliação dos impactos sócio-econômicos do Prodecer III, segundo as dimensões do desenvolvimento sustentável – Pedro Afonso –TO, 2005.

IMPACTOS SOCIAIS SÃO CONSEQUÊNCIA DO	SIM	NÃO
--------------------------------------	-----	-----

PRODECER?	n.º	%	n.º	%
Aumentou a renda	235	91,80%	21	8,20%
Aumentou as oportunidades de trabalho	238	93,00%	18	7,00%
Aumentou as oportunidades de trabalho com carteira assinada	218	85,20%	38	14,80%
Aumentou o movimento no comércio	243	94,90%	13	5,10%
O município ficou mais próspero	239	93,40%	17	6,60%
Melhorou o acesso ao financiamento da produção da comercialização	207	80,90%	49	19,10%
Melhorou as condições das estradas rurais e pontes	150	58,10%	108	41,90%
Melhorou as condições de aquisição e manutenção da propriedade da terra	158	61,70%	98	38,30%
DIMENSÃO ECONÔMICA	1688	82,34%	362	17,66%
Melhorou a oferta de cursos profissionalizantes	179	69,90%	77	30,10%
Aumentou a oferta de vagas nas escolas de ensino fundamental e médio	213	83,20%	43	16,80%
Melhorou a qualidade do ensino nas escolas de ensino fundamental e médio	203	79,30%	53	20,70%
Melhorou as condições do atendimento hospitalar e ambulatorial	147	57,40%	109	42,60%
Melhoraram as condições das habitações	186	72,70%	70	27,30%
Melhorou ordenamento territorial do município	81	31,60%	175	68,40%
Melhorou a oferta de bens e serviços de comunicação	210	82,00%	46	18,00%
Reduziu a prostituição infantil	19	7,40%	237	92,60%
Reduziu a gravidez precoce	14	5,50%	242	94,50%
Reduziu o consumo de drogas	22	8,60%	234	91,40%
Reduziu a quantidade de casais separados	32	12,50%	224	87,50%
Reduziu o êxodo rural	43	16,80%	213	83,20%
Reduziu a agressão ao meio ambiente	21	8,20%	234	91,80%
DIMENSÃO SOCIAL	1370	41,18%	1957	58,82%

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

6. CONCLUSÃO

Respondendo à questão central dessa pesquisa - se o Programa PRODECER III contribuiu para a melhoria dos indicadores de qualidade de vida no município de Pedro Afonso – TO, pode-se afirmar que o afirmar que o Programa trouxe grandes avanços na vida material da população de Pedro Afonso, mas contribuiu também, para o aumento das mazelas sociais, características de um quadro de pobreza urbana e exclusão social.

O pesquisa aponta também que a melhoria dos indicadores das dimensões sócio-econômicas do desenvolvimento sustentável de Pedro Afonso se dará a partir de maiores investimentos nas áreas da educação e saúde, na diversificação da produção agrícola, na preservação ambiental, na solução dos problemas de infra-estrutura (estradas, pontes e saneamento básico), no combate das mazelas sociais e na geração de melhores oportunidades de emprego e renda.

Ações já em curso, por parte dos produtores locais, protegendo as nascentes, reflorestando áreas atingidas, corrigindo o traçado das estradas vicinais (não deixando que a água entre ou saia da lavoura), diversificando a produção, sem agredir ao meio ambiente; as da cooperativa local, no sentido de incorporar os pequenos produtores no processo produtivo e priorizar pesquisas buscando práticas mais sustentáveis de cultivo; e as dos

Movimentos Sociais no sentido de organizar as pessoas para lutarem por seus direitos são sinais de um novo tempo e de que um novo Programa está em construção, com ou sem o aval do poder público.

A sociedade anseia por uma nova política, fundamentada no respeito ao meio ambiente. Resta construirmos uma Agenda organizada dos compromissos, propostas, instrumentos e atividades, necessária para executar essa nova política. Esse trabalho fica como uma contribuição para a construção dessa nova Agenda, visando um futuro com desenvolvimento, não um desenvolvimento a qualquer custo, mas um verdadeiro Desenvolvimento Sustentável para Pedro Afonso-TO.

Os resultados do Prodecer III são questionáveis se observado o custo do mesmo para sua implantação, por vaga de emprego gerada (cerca de R\$ 240.418,00 por vaga), comparado com investimentos necessários para criar postos de trabalho em outros segmentos, como a agricultura familiar (R\$ 4.857,14 em média) e o setor da construção civil (cerca de R\$ 27 mil reais por vaga).

Dessa forma, este trabalho serve de alerta para os gestores públicos, no sentido da importância de elaborar-se estudos de impactos sociais em conjunto com os ambientais e econômicos, de modo a racionalizar-se melhor a utilização de recursos públicos e ajudar na priorização da aplicação dos mesmos, para que consiga-se alcançar os benefícios esperados para a sociedade, reduzindo-se a fome e gerando-se mais empregos, de forma mais acelerada, como o país precisa.

NOTAS

1 Criado em 1975 o Programa beneficiou principalmente médios e grandes produtores no período em que vigorou (até 1982). Nesse período foram aprovados 3.373 projetos, em um montante de recursos equivalente a 577 milhões de dólares. Dos beneficiários, 81% operavam áreas de mais de 200 hectares, que absorveram 88% do crédito oferecido.

2 Pesquisa de campo realizada em 2005, em Pedro Afonso-TO.

3 Os recursos discriminados para o Tocantins não foram inteiramente aplicados devido à inadimplência dos colonos com o agente repassador dos recursos.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Publicação eletrônica realizada através de convênio entre PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro: 2000. Retirado do site www.ibge.gov.br em 10/03/2005.

CUNHA, A. S.; MUELLER, C. C.; ALVES, E. R. A. & Silva, J.E. da. **Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados**. 2 v. Brasília, IPEA, 1994.

GUIMARAES, R. P. Desenvolvimento sustentável: da retórica a formulação de políticas públicas. In: **A geografia política do desenvolvimento sustentável** / BECKER, B. K. e MIRANDA, M (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2002/IBGE**, Diretoria de Geociências – Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 393 p. Disponível em < www.ibge.gov.br > Acesso em diversas datas.

MARQUELLI, R. P. O. **Desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro**. Monografia apresentada ao ISEA-FGV/ ECOBUSINESS SCHOOL Especialização Lato Sensu em Gestão Sustentável da Agricultura Irrigada, 2003. Disponível em: <http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/RodrigoMarouelli.pdf> Acesso em 28/07/2007.

MULLER, Charles. **Políticas governamentais e a expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste**. Planejamento e Políticas Públicas, n. 3, p. 45-73, 1990.

OLIVEIRA, E. e DUARTE, L.M. Gestão da Biodiversidade e Produção Agrícola: o Cerrado Goiano / Eliane de Oliveira e Laura Maria Goulart Duarte. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 21, n. 1, p. 105-142, jan./abr. 2004 – Disponível em < http://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v21/v21n1_105.pdf > Acesso em 05/01/2006.

PIRES, M. O. **Desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)**. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Laura Maria Goulart Duarte. UnB - Brasília, DF, 1996. 200 p.

RODRIGUES, W. **Tecnologias agrícolas sustentáveis no Cerrado**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Estadual de Goiás, 2003. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas; 13). 86 p.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável** / org.: Paula Yone Stroh. 3º ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta - São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SIMBRASIL. **Sistema de Informações Sócio-econômicas dos Municípios Brasileiros** – versão 2.02 – parceria Caixa/IPEA/ FADE-UFPE/ Governo Federal. Dados: IBGE - Censo 1991/2000. Brasília: Ed. Caixa, 2004. 1 CD-ROM

SORIANO, R. R. **Manual de Pesquisa Social**. Tradução de Ricardo Rosenbusch – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 343 p.

VIEIRA, P.F. *et al.* **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs** / Organizadores: Paulo Freire Vieira, Maurício Andrés Ribeiro, Roberto Messias Franco e Renato Caporali Cordeiro. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998.

WEID, J. M. V. D. **Prioridade da prioridade: reflexões sobre o papel da agricultura familiar** in Revista Eco 21, Ano XIII, Edição 81, Agosto 2003. (www.eco21.com.br) – acesso em 05/2007.

Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008

Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural